

5

Considerações Finais

Ao lançar nosso olhar sobre a Rocinha, buscamos investigar a maneira como ali se configura a conjugalidade, de que modo os casais se arranjam diante das especificidades, muitas vezes inóspitas, inerentes à sua localização na pirâmide social.

Sabemos que a atribuição dos valores positivo ou negativo, superior ou inferior, melhor ou pior a um determinado grupo social se dá em função da sua posição relativa na estrutura de classes e não por suas características intrínsecas. Ao realizar comparações entre o grupo estudado e as classes médias não intencionamos reproduzir tal equívoco, mas sim situar a população pesquisada dentro do leque de estudos disponíveis sobre o assunto, que focam, em sua maioria, as classes médias. Se não é fácil levantar informações acerca da conjugalidade entre os pobres, especialmente em uma favela, menos ainda é tirar daí conclusões. Temos consciência das limitações deste trabalho, mas também enxergamos através dele possibilidades de aprofundamento e enriquecimento.

A realização da pesquisa bibliográfica nos permitiu perceber que a família e o casamento vêm passando por momentos difíceis de transformações e adaptações que se fazem necessárias à medida que a sociedade evolui. Velocidade e fugacidade tornaram-se marcas presentes em tudo o que nos circunda, e não poderia ser diferente no que diz respeito às relações amorosas.

A maneira como encaramos o amor e os relacionamentos amorosos hoje em muito difere dos nossos antepassados. A estreita ligação entre amor e casamento é relativamente recente. Foi somente entre os séculos XV e XVI que o amor passou a levar ao casamento, na mesma época em que a intervenção paterna deixou de ser determinante, bastando para tanto o livre consentimento dos noivos.

E se o amor “acontecía” somente após o casamento, não possuindo, portanto, caráter fundamental, a falta dele não decretava o fim da união. Fatores como a super valorização do chamado amor-paixão e a necessidade de unir amor e casamento

contribuíram por criar expectativas dificilmente alcançáveis, o que significa frustração conjugal.

Mas apesar de o intenso processo de modernização apontar para transformações sociais, tantas mudanças não são facilmente assimiláveis pelo indivíduo, levando a uma coexistência de valores novos e antigos (Figueira, 1987). A despeito das adaptações aos novos tempos, como o reconhecimento legal da união estável, o casamento em que os cônjuges vivem em casas separadas, o ficar com, etc, a família brasileira ainda tem como ponto de referência central a família tradicional.

Um exame sobre pobreza e desigualdade no Brasil nos permitiu verificar a existência de uma rigidez de fronteiras entre as classes, posto que a mobilidade social caracteriza-se por ser de curta distância, abrangendo classes com origens homogêneas, segundo Gacitúa-Marió & Woolcock (2005). Assim, mesmo que haja melhoria nos níveis de renda, a desigualdade permanece. Somando-se a isso a crescente difusão da informação, temos como resultado expectativas semelhantes para oportunidades díspares.

Através do trabalho de Brum (2003) percebemos que as definições e visões propagadas sobre a favela, na maioria das vezes, não condizem com a realidade. Mais de um século de história ainda não foi suficiente para desatrelar a favela e seus moradores dos seus estigmas fundantes.

E a família pobre também não ficaria imune aos estigmas. “Desorganizada”, “desestruturada”, “desintegrada”, são algumas das características a ela atribuídas, em oposição ao modelo desde sempre instituído pelas classes dominantes. A família patriarcal retratada por Gilberto Freire representava a definição da “família brasileira”, servindo de parâmetro para os demais modos de organização e favorecendo um olhar superficial sobre a sociedade da época.

Nesse sentido, Corrêa (1994) ressalta que ainda hoje são feitas generalizações a respeito da família conjugal moderna, chamando a atenção para os riscos subjacentes a tais simplificações, pois não levariam em conta a complexidade dos fatores envolvidos no desenvolvimento da sociedade brasileira.

A possibilidade da existência de variações estruturais na família em função da classe social a qual pertence é levantada por Willems (1954). Os efeitos e tensões

provocados por processos sociais como a urbanização, a industrialização e a comunicação de massas atingem de maneiras distintas famílias de classes sociais diferentes. A compreensão da família requer, pois, a delimitação do seu espaço conceitual. Desta forma, ao invés de desorganização, falamos de polimorfismo familiar, como sugere Mello (2003).

As abordagens históricas pouco se referem às famílias pobres, já que é difícil resgatar registros de relações tidas como ilícitas e fora dos padrões. Vilhena (1999) questiona se a pouca relevância dada a essas organizações familiares não seria reflexo do que também ocorria na prática. É difícil suplantar uma relação de dominação que mina outras tentativas de organização, mas atualmente é possível perceber esforços no sentido de reverter esse quadro. Autoras como Salem (1980), Sarti (2003), Pecego (1999), Kallas (1992) e Mello (2003) são algumas das que optaram por desvelar as relações familiares nas classes baixas nas últimas décadas.

Dentre seus achados, temos as especificidades da inserção feminina no âmbito familiar e conjugal, onde a família aparece como esfera prioritária de identificação para a mulher pobre, dados revelados por Salem (op.cit). Assim, a mulher aparece sempre intermediada por figuras masculinas. Sarti (op.cit) ressalta a força simbólica dos padrões patriarcais e seus valores tradicionais nesta população, a despeito do conflito entre família e individualidade. Para Pecego (op.cit) é possível encontrar entre os pobres padrões que prezam a intimidade do núcleo familiar e a privacidade de seus integrantes, o que vem ao encontro das pesquisas de Kallas (op.cit.), que atestam que o ideal de família conjugal dos segmentos medianos encontra-se presente também nas camadas populares. Mello (op.cit) encontra na família o núcleo que concentra e dá ordem à sociabilidade neste segmento social.

Embora alguns desses dados pareçam contrastantes, pude constatar através desta pesquisa que este é apenas um demonstrativo de que as relações sociais nesta camada da população vêm passando também por transformações, e que isso não se dá sem conflitos, e menos ainda, sem as devidas adaptações e adequações.

A Rocinha é hoje considerada a maior favela da América Latina e encontra-se incrustada entre dois dos mais nobres bairros cariocas. Essa proximidade geográfica, já retratada por Pecego (1999) em seu trabalho sobre a Cruzada São Sebastião, acaba

por aproximar universos culturais, sistemas de valores e crenças. Conforme afirmou Sansone (sem data), a pós-modernidade trouxe um aumento da proximidade simbólica entre as classes, o que significa que os ideais que circundam as camadas mais altas passam a permear também o imaginário social dos pobres. No entanto esses anseios acabam por se chocar com a realidade cotidiana na qual estão inseridos, acarretando, muitas vezes, relações conflituosas.

Mas essa transposição cultural causada pela aproximação simbólica não se dá em uma única direção. Conforme revela Chauí (1986), as classes pobres se defendem das forças exercidas sobre elas com um misto de conformismo e resistência. Esta população não absorve normas e valores passivamente. Ao contrário, eles são capazes de adaptar os mesmos a fim de adequá-los à sua realidade. Foi possível encontrar entre os moradores da Rocinha a presença de valores que atribuímos aos segmentos médios da população, no entanto suas relações encontram-se revestidas de um senso prático que parece protegê-los contra a alienação.

Vimos que apesar de o desejo de casar e constituir família estar presente, o casamento não aparece enquanto projeto. Mesmo havendo o desejo do matrimônio, as uniões acabam ocorrendo sem planejamentos, muitas delas decorrentes de gravidez, numa subversão da ordem socialmente instituída, qual seria a aquisição de uma casa; o casamento; e a vinda dos filhos. É difícil encontrar, na Rocinha, um casal que ainda não tenha filhos.

A casa para abrigar a nova família às vezes permanece enquanto projeto por muito tempo, e assim o casal acaba tendo de contar com a ajuda dos familiares, indo morar, na maioria das vezes, com a família de origem do homem, já que é dele a atribuição de prover o teto. Desta forma, a rede de parentesco constitui fator essencial e determinante para o início da vida conjugal. E esta proximidade entre o casal e as famílias de origem, ao mesmo tempo em que configura como extremamente necessária, acaba por produzir o desgaste das relações. Isso porque a presença de valores que privilegiam a demarcação da intimidade e a privacidade é marcante, ainda que a sua realização encontre obstáculos. Sendo assim, mesmo quando o projeto da casa se concretiza, permanece a queixa por mais espaço.

Encontramos uma concepção de casal enquanto relação de ajuda no enfrentamento dos percalços cotidianos. Para aqueles que não tiveram boas referências familiares, o casamento e a constituição familiar representam a possibilidade de construir no presente aquilo que lhes faltou no passado. Para as mulheres, é fundamental contar com a proteção conferida pelo fato de se ter um homem em casa; para o homem, ser casado significa uma rotina organizada, regrada, e para ambos, os filhos oferecem garantia de afeto.

Temos, portanto, uma concepção de casal baseada em preceitos holistas, aproximando-se muito da concepção de família. Os casais costumam definir-se da mesma maneira que definem família, valorizando sobretudo os interesses grupais, donde percebemos que estes sobrepujam os interesses conjugais. Conforme afirmou Sarti (2003), apesar do conflito entre família e individualidade, o todo ainda prevalece sobre as partes. É difícil para o casal se definir enquanto tal uma vez que a experiência do casamento se deu quando já havia um filho concebido e, portanto, uma família, mais que um casal.

A maioria das relações são consensuais, mas existe, principalmente entre as mulheres, o desejo de oficializar a relação, não por interesses econômicos, mas pelo reconhecimento social que uma união legítima lhes confere.

O alcoolismo, comum entre os homens, representa uma ameaça à paz conjugal e familiar. A preocupação vai além da manutenção do papel masculino de provedor. Inclui envolvimento com outras mulheres, a perda do companheirismo e o desgaste da imagem perante os filhos.

Para o homem, o casamento não confere, de imediato, uma mudança de estilo de vida. Indo contra as expectativas femininas, ele geralmente tem dificuldades em deixar de lado o descompromisso característico dos solteiros. A adaptação ao novo status é gradual e sempre conflituosa.

Para a mulher o casamento vem envolto em uma série de expectativas de melhoria de vida, de realização de padrões familiares não vivenciados, e até mesmo como a possibilidade de fuga de uma realidade árdua. E mesmo quando tais expectativas não se concretizam, elas dificilmente recorrem à separação. Existe a preocupação com a própria subsistência e com a dos filhos, mas é preciso ressaltar,

conforme salientou Vilhena (1988a), que a vivência da separação levanta questões que vão além da ordem concreta da garantia de sobrevivência. Ela remete o sujeito às suas perdas mais profundas, às suas primeiras separações. O desmoronamento das fantasias de completude ligadas à construção de uma identidade comum do casal, de um “NÓS” ideal, conforme aponta Vilhena (1988b), colocam o sujeito face à sua castração, verbalizada como desilusão.

Seria interessante investigar como se dá a constituição desse “nós psíquico”, do qual nos fala a autora, nos casais pobres, posto que, conforme foi visto, a relação que se estabelece desde o princípio é a três (pai, mãe, filho), e não a dois. Que implicações isso teria para a construção da identidade do casal? Fica a questão.

Apesar de ainda se estruturarem de maneira predominantemente hierárquica, é possível constatar algumas mudanças nos padrões que sustentam os relacionamentos conjugais nesta camada da população. O trabalho extra-doméstico é valorizado, e até almejado pelas mulheres, o que aumenta as suas exigências com relação aos maridos, inclusive no que diz respeito à divisão de tarefas domésticas, apontando assim para o delineamento de um padrão de relacionamento mais igualitário.

O amor não aparece enquanto fator determinante para a união conjugal. Ao invés disso, temos determinações de ordem prática como, por exemplo, a gravidez e a possibilidade de amparo mútuo diante das dificuldades. Mas o ideal do amor romântico aparece nos discursos que falam da manutenção do vínculo, em oposição à paixão, sentimento que ameaçaria a estabilidade conjugal. Para esses casais o amor não figura como o único balizador de suas escolhas conjugais, ao contrário do que acontece nas camadas médias, onde este afeto representa um importante meio de acesso à singularização e à felicidade, conforme Vilhena (1999). Como ocorria nos casamentos de outrora, o amor vem depois, nasce da convivência diária. Mais importante que isso é o companheirismo.

Notamos que a conjugalidade na favela consegue articular valores tradicionais e modernos de maneira conveniente. Sabiamente, esses casais conseguem equilibrar as fortes influências impingidas pelas classes dominantes e pelos veículos de comunicação com as suas reais condições e necessidades, produzindo assim um modo próprio de conceber as suas relações amorosas. A tradição, o romantismo, as

idealizações pessoais estão presentes e conferem a elas o colorido e a fantasia desejados e necessários, mas há necessidades outras ainda não totalmente claras, além do senso prático trazido pela imposição diária da realidade em preto e branco. Dessa mistura nascem os casamentos possíveis, com mais ou menos cor.